



Na iminência da catástrofe: a lama invisível de Barão de Cocais (MG)

Bianca van Steen Mello Laurino¹

Resumo

Os rompimentos de barragens de rejeitos em Mariana, em 2015, e em Brumadinho, em 2019, delimitaram um novo contexto para a mineração no Brasil, em especial em Minas Gerais. Se, por um lado, as atividades das mineradoras não parecem ter sido abaladas, por outro, números e relatos passaram a chamar atenção do debate público, revelando um quadro de instabilidade e insegurança. Entre as dezenas de barragens que possuem risco de rompimento, está a Sul Superior, localizada na Mina Gongo Soco, pertencente à Vale S/A.

Desde fevereiro de 2019, a população do município de Barão de Cocais vive o perigo de um possível rompimento. Com o provável caminho da lama calculado, quatro vilas e centenas de pessoas foram retiradas de suas casas durante uma madrugada. Desde então, os moradores de Barão vivem com a presença do fantasma da tragédia. Apesar de o rompimento ainda não ter se efetivado, sua possibilidade, por si só, já afeta o território em diferentes dimensões.

No interior desta paisagem incerta, muitas vidas, humanas e não humanas, foram colocadas em suspensão. O presente trabalho tem como objetivo delinear alguns traços que marcam o contexto em que este quadro de instabilidade e incerteza se produz, bem como compartilhar reflexões e questionamentos acerca de como os rompimentos (ou suas possibilidades) produzem efeitos sobre as redes de relações estabelecidas nas paisagens em que as barragens estão inseridas. O que se rompe com o rompimento de uma barragem? Como é possível recontar essas histórias sem apenas reforçar suas violências?

Palavras-chaves: rompimento de barragens, mineração, catástrofe, crise socioambiental

Rompimentos de barragens

Há exatos 6 anos, no dia 5 de novembro de 2015, o Brasil e o mundo foram fortemente afetados por uma das maiores catástrofes socioambientais dos últimos tempos: o “desastre de Mariana”, como ficou conhecido, decorrente do rompimento da barragem do Fundão, controlada pela Samarco, e do derramamento de dezenas de milhões de metros cúbicos de lama contaminada por rejeitos de mineração no leito de Rio Doce. Além das 19 mortes humanas e dos quase 700 km percorridos pela lama entre o subdistrito de Bento Rodrigues e o Oceano Atlântico, o que levou ao desencadeamento de uma série de impactos socioambientais imensuráveis, o cenário de destruição causado pela força da lama chocou a opinião pública de forma imediata, sem falar nas próprias vidas que foram diretamente afetadas ou sucumbidas.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP).



Figura 1 Destruição provocada pela lama em Bento Rodrigues, Mariana (MG).
Fonte: Romerito Brito (2015).

A partir deste episódio, um conjunto de debates envolvendo os diferentes modelos de mineração, licenciamento ambiental, fiscalização pública e reparação de danos, dentre muitos outros assuntos, ganhou espaço. Aos poucos, foi-se descobrindo que o desastre poderia ter sido evitado, ou ao menos ter seus impactos reduzidos, se a Samarco (então controlada pela Vale S/A e pela mineradora anglo-australiana BHP Billiton) e os órgãos estatais legalmente implicados tivessem agido com mais responsabilidade, uma vez que já se sabia sobre a situação de instabilidade da barragem e os riscos envolvidos.

Como nos mostra a jornalista Cristina Serra, em *Tragédia em Mariana* (2018), as investigações realizadas pelo Ministério Público Federal revelaram que análises técnicas feitas por especialistas, anteriores ao rompimento, já apontavam o que poderia ser a tragédia com uma perturbadora precisão. O “Manual de riscos corporativos” datado em 22 de abril de 2015 – ou seja, sete meses antes do rompimento –, por exemplo, declarava que havia “risco de ruptura por liquefação ou baixa capacidade de suporte da fundação” (ibid.:179) e que, entre os possíveis impactos, poderiam ocorrer de 2 a 20 mortes, o que se confirmou no número de 19 vítimas fatais. Ademais, já estavam mencionados, também, “impactos à segurança ou à saúde da comunidade (50 famílias) ou violação aos direitos humanos, perturbações à vida das pessoas (200 famílias)”, bem como “impacto sério ou extensivo (20 anos) à terra, biodiversidade, serviços ambientais, recursos hídricos e ar” (ibid.: 180). Consequências essas que foram

igualmente confirmadas e até mesmo superadas, com números que são constantemente atualizados. Ainda hoje, os impactos causados pelo rompimento continuam sendo sentidos, descritos, mapeados e registrados.

Em outras palavras, é possível dizer que não se tratava de um mero acidente sem precedentes, mas sim de uma tragédia anunciada. E que, junto com ela, anunciaram-se também outras tragédias, expressas no alto número de barragens localizadas em solo brasileiro com pouca ou nenhuma fiscalização, em especial no estado de Minas Gerais. Em 2017, a Agência Nacional de Mineração (ANM), a autarquia federal responsável por fiscalizar empreendimentos minerários e barragens de mineração no país, declarou que possuía apenas 34 servidores atuando na fiscalização, sendo que havia pelo menos 790 barragens para serem fiscalizadas, além de recursos muito escassos².

Como sabemos, não demorou muito para que um novo incidente comovesse o mundo, de novo, não por acaso também em Minas Gerais: no dia 25 de janeiro de 2019, a barragem da Mina Córrego do Feijão, localizada em Brumadinho, se rompeu, deixando 270 pessoas mortas e, novamente, diversas paisagens destruídas pela lama. Desta vez, ao alto número de mortes humanas (14 vezes maior se comparado à tragédia de Mariana) e aos impactos socioambientais incalculáveis, somou-se o incômodo com a reincidência da catástrofe, em um espaço de tempo tão curto. O que, conseqüentemente, jogou ainda mais luz e desconfiança sobre as condições da extração mineral no Brasil e a conduta da Vale, mais uma vez envolvida no ocorrido, ampliando e aprofundando investigações científico-acadêmicas e jornalísticas a respeito.

² Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/07/politica/1549559820_961591.html. Acessado em 07/11/2021.



Figura 2 Destruição provocada pela lama em Brumadinho (MG).

Fonte: Antonio Cruz/Agência Brasil (2019).

Com isso, foram lembrados rompimentos anteriores, como o episódio de Itabirito (MG) em 2014, e noticiados outros eventos de menor impacto, mas nem por isso menos importantes, que se sucederam: o vazamento de rejeitos em Barcarena (PA), em fevereiro de 2018; os rompimentos de barragens em Machadinho d’Oeste (RO), em Pedro Alexandre (BA) e em Nossa Senhora do Livramento (MT), todos os três em 2019; e o rompimento de uma tubulação na barragem de Jati (CE), em 2020. O que a composição deste quadro nos mostra é que, mais do que algo excepcional ou meramente casual, as condições de segurança das barragens de rejeitos de mineração no país enfrentam problemas de ordem estrutural, que permitem a recorrência de acontecimentos e tragédias como essas.

De maneira complementar ao quadro, aparecem também todas aquelas barragens que apresentam algum tipo de risco de rompimento, combinados aos danos potenciais³. Segundo dados de agosto de 2021 da ANM, das 882 barragens cadastradas, apenas 50% (446 barragens) estão inseridas no Programa Nacional de Segurança de Barragens, das quais 13% (57) são classificadas como de Alto Risco e 43% (193) com Alto Potencial de Dano Associado, sendo que 58% dessas últimas (113) estão em Minas Gerais. Ademais, das 51 barragens que se encontram em nível de emergência, 74% (38) estão em Minas Gerias (ANM 2021).

³ ‘Risco de acidente’ e ‘potencial de danos’ são dois índices distintos usados na avaliação de barragens. O primeiro diz respeito à possibilidade de acidente e o segundo às consequências daí decorrentes.

Ainda que este tipo de classificação esteja sujeito a contestações, seja por seus critérios ou pelo modo como são medidos (vale lembrar que as barragens de Mariana e de Brumadinho eram ambas consideradas de baixo risco de acidente), ele nos oferece vias investigativas. Não só para pesquisar e compreender rompimentos de barragens ocorridos em Minas Gerais e no Brasil, mas também para pensar, em um nível de discussão mais ampliado, o atual contexto de catástrofes ambientais e de *crise planetária* causada por ações antrópicas em que estamos inseridos, como caracterizaram Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski (2014). Ou, como bem nomeou Isabelle Stengers (2015), *o tempo das catástrofes* em que vivemos – marca da também atual Época geológica, que leva o nome de Antropoceno (Zalasiewicz et al. 2017).

Contornos da mineração

Apesar dos rompimentos não estarem restritos aos seus limites territoriais, o protagonismo mineiro nos dados acima destacados explica-se pelo fato da própria história da mineração brasileira estar relacionada intrinsecamente a Minas Gerais. Depois de três séculos de exploração, o estado permanece sustentando uma das maiores produções minerais comercializadas do país, recentemente ultrapassada apenas pelo Pará. De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração, o Ibram, no primeiro semestre de 2021 o Pará foi responsável por 47,5% da arrecadação relativa à Compensação Financeira pela Exploração Minerária (CFEM), seguido por Minas Gerais com 43,7% – dados que não levam em consideração o garimpo e outras atividades minerárias ilegais⁴.

José Miguel Wisnik nos mostra como a poesia de Carlos Drummond de Andrade representa um importante testemunho sobre o processo de consolidação da mineração em solos mineiros. A própria memória do poeta é também a memória de sua cidade natal, Itabira, onde a Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S/A, privatizada em 1997), iniciou suas atividades extrativistas, há quase 80 anos atrás. Para Wisnik:

“a obra de Carlos Drummond de Andrade tocou pioneiramente numa ferida que está aberta hoje: a degradação do meio ambiente e da vida nas áreas afetadas pela mineração cega às suas próprias consequências. Esses sinais gritam na catástrofe de Mariana, gemem abafados em tantos lugares do território de Minas Gerais, alguns deles sujeitos a uma nova tragédia comparável” (Wisnik 2018: 19/20).

⁴ Fonte: <https://ibram.org.br/mineracao-em-numeros/>. Acessado em 07/11/2021.

Com legislações muito permissivas e fiscalizações falhas por parte dos órgãos de controle (Santos e Milanez 2017), o Brasil apresenta-se como um terreno fértil para a ocorrência de novas tragédias. Segundo a antropóloga Andréa Zhouri, o licenciamento ambiental brasileiro atualmente vigente “é configurado e regido por uma lógica urbano-capitalista de apropriação da natureza” (2012: 47), colocada em prática por meio do *paradigma da adequação ambiental*, isto é, um jogo político regido sobretudo pela lógica desenvolvimentista, subordinada aos interesses econômicos. Neste contexto, aspectos socioambientais são, geralmente, tratados como entraves a serem resolvidos por meio de soluções técnicas e administrativas, empresariais e governamentais, que se traduzem em medidas mitigatórias ou compensatórias que não inviabilizem os projetos do ponto de vista econômico e orçamentário.

Com isso, acaba-se por apagar diversidades socioculturais em detrimento de uma visão econômica parcelar, legitimada por discursos científicos e jurídicos. A mineração enquanto campo de lucros e investimentos no Brasil possui um padrão extrativista que se repete no espaço-tempo latino-americano. Eduardo Gudynas chama atenção para a forma pela qual os procedimentos ambientais legais dos Estados cedem às pressões extrativistas na América Latina, provocando mudanças em políticas públicas, no funcionamento do mercado, na compreensão social de justiça e democracia e até no próprio conceito de “natureza”. O autor chama este traço de *efeito derrame* da mineração, uma vez que seus impactos extrapolam âmbitos locais e temporais específicos (2006: 74).

Caracterizada pelo alto volume de extração direcionado à exportação de *commodities*, a mineração na América Latina costuma ter como resultado intensos efeitos socioambientais (Zhouri 2017), muitas vezes apoiando-se na justificativa de existir e ser necessária em função de um suposto combate à pobreza e às desigualdades econômicas. Assim vão sendo produzidas situações em que as únicas escolhas possíveis pareçam estar restritas a *alternativas infernais* (Pignarre & Stengers 2005), como se não houvesse outras possibilidades se não se resignar: ou as consequências do desenvolvimento ou a miséria de alguns.

O que decorre dessas alternativas infernais é a morte da imaginação política, da potência e do direito e de pensar coletivamente sobre outras possibilidades de futuro. Nesse sentido, Stengers e Pignarre tentam nos alertar que se trata de falsas dicotomias, ainda que seus efeitos sejam verdadeiramente sentidos. De que vale assegurar a dignidade humana de alguns, se para isso é preciso devastar o mundo, sem o qual a própria humanidade não pode viver dignamente?

Portanto, voltando ao ponto central para a discussão aqui desenhada, o que as características do extrativismo latino-americano e a recorrência de catástrofes envolvendo

barragens de rejeitos em Minas Gerais e no Brasil nos revelam é que elas estão longe de serem meros acidentes, ou desastres provocados por causas naturais inevitáveis pela ação humana. Pelo contrário, para compreendê-las é preciso olhar para as características e desigualdades do sistema-mundo moderno, ainda edificado em práticas capitalistas neocolônias (Aráoz, 2020).

Daí a importância, também, de discutir a fundo os impasses e controvérsias de ordem conceitual envolvidos na tarefa de nomear os rompimentos, seus efeitos e consequências. Como nos ensina Stengers, “as palavras têm poder” (2015:15) e por isso seus usos devem ser encarados com responsabilidade. Pensar a forma pela qual os rompimentos devem ser tratados e retratados é, deste modo, disputar a maneira pela qual eles serão percebidos pela sociedade. “Nomear não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita” (ibid.: 37). Com o ato de nomear, então, não se trata de definir algo, mas sim de *operar* com este algo, colocá-lo em ação no mundo.

Caminhos de lama

Entre as barragens que foram enquadradas na categoria de baixo risco, mas posteriormente surpreenderam por sua capacidade ou possibilidade de acidentes, o Complexo Minerário de Gongo Soco, localizado no município de Barão de Cocais (MG), chamou atenção pela rápida alteração de seu diagnóstico. Por conta de movimentações muito acima do esperado na estrutura da barragem Sul Superior, a ANM interditou a mina e declarou, em março de 2019, estado de alerta máximo de risco de acidentes. Construída pelo método de alteamento à montante, como em Mariana e Brumadinho, a barragem está com um de seus taludes (paredão de terra responsável pela estabilidade do aterro) comprometido, em processo de desabamento gradual. Resta saber se isso vai ou não desencadear o rompimento da barragem, parcial ou integralmente.

Desde então, a população de Barão e das vilas mais próximas à mina vivem diante do “fantasma” do rompimento, à espera de mais uma tragédia. Mais uma, aqui, assume duplo sentido: um se refere a sua possível soma aos rompimentos anteriores; e outro ao episódio do rompimento em si, visto que sua iminência, por si só, já afetou a região. Entre o possível e o provável, muitos aspectos da vida local têm sido fortemente alterados.

Decretado o estado de alerta, milhares de habitantes de Barão de Cocais passaram a viver e conviver com o medo, em especial os 458 moradores de Socorro, Tabuleiro, Piteiras e Vila do Gongo. Por serem localizadas geograficamente muito próximas à mina Gongo Soco, as quatro comunidades foram compulsoriamente evacuadas na madrugada do dia 8 de fevereiro

de 2019. Inicialmente alocadas em hotéis, as famílias foram reconduzidas para casas alugadas pela Vale na cidade de Barão de Cocais. Os habitantes foram proibidos de retornarem às suas casas, sob ameaça de multas e até mesmo de prisão.

Nas palavras de uma das moradoras obrigada a deixar sua casa por essa localizar-se no caminho da lama calculado pelo Corpo de Bombeiros e pela ANM, caso a barragem venha mesmo a se romper, a região já foi atingida pelo “monstro de lama invisível”⁵.



Figura 3 Foto mostra calçadas pintadas de laranja em Barão de Cocais, indicando por onde a lama deve passar em caso de rompimento. Fonte: Frame de vídeo-reportagem “Vidas em suspensão: moradores à espera de um desastre”, produzido pelo Portal R7⁶.

Naquele dia, muitos foram forçados a deixar para trás bens materiais, plantações, animais e memórias. O que os relatos jornalísticos coletados após as remoções mostram, sobretudo do ponto de vista daqueles que habitavam as comunidades evacuadas, é a oposição entre um *antes* e um *depois*, marcados pela madrugada do anúncio. Antes, a vida era farta de tranquilidade e sossego. Agora, medo, angústia e traumas psicológicos fazem parte da vida provisória e precária na cidade:

“Então tem que ter um psicológico muito bom pra tá nesse lugar. A gente vê essas ruas, com essa marca, tudo marcado. Eu venho da minha casa, e talvez eu possa não voltar pra minha casa, porque pode estourar a qualquer momento. Então, assim, a

⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2019/05/28/moradores-de-barao-de-cocais-convivem-com-incerteza-sobre-o-futuro.ghtml>. Acessado em 09/11/2021.

⁶ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1tbcpJnnOco>. Acessado em 09/11/2021.

gente tá nesse momento muito conturbado dessa situação. O tempo vai passando, vai passando, e as coisas não acontecem. E aí a gente tá nessa angústia, essa espera do que não acontece, e as coisas tão seguindo...”⁷.

Vivendo sob tensão contínua, a procura por atendimentos médicos e psicológicos e o consumo de remédios por parte da população aumentou em Barão de Cocais. Ao longo de 2019, quando a possível tragédia foi anunciada, cresceu em dois mil o número de atendimentos no município por mês⁸.

A situação de espera e de apreensão gerada se assemelha, em certo sentido, ao que foi registrado por etnografias que acompanharam moradores de cidades localizadas ao longo do Rio Doce durante o aguardo da lama após o rompimento da barragem de Mariana. Em Regência, cidade litorânea do Espírito Santo, por exemplo, a expectativa para a chegada da lama, que durou 11 dias, deixou a população muito ansiosa, pois não se sabia quais seriam as dimensões locais do impacto provocado (Losekann 2017). Ainda que o potencial de destruição dos rejeitos estivesse amenizado, centenas de quilômetros depois da barragem propriamente dita, os moradores assistiram à parte da devastação inevitável da catástrofe, que chegou a deixar uma mancha marrom de 40 quilômetros no Oceano Atlântico⁹.

Como argumenta a economista e cientista social Norma Valencio, um desastre não causa apenas perturbação e descontrole, mas “também é um processo que diz respeito a um desencontro entre diversos tempos, cujo desencaixe se torna fonte de angústias e insuficiências” (2017, p. 9). O rompimento da barragem Sul Superior de Gongo Soco é e continua sendo, por ora, apenas uma possibilidade, um evento possível no futuro. Trata-se, porém, de um futuro que se antecipa na forma de medo e de privação de determinadas formas de vida anteriormente vividas, materializando-se em angústia no tempo presente. Um futuro marcado no presente, que por sua vez também altera as percepções sobre o passado e o que com ele foi levado.

O que vemos são suspensões de formas de vidas que, se por um momento puderam parecer temporárias, acabaram se afirmando permanentes, já que de lá para cá passaram-se quase três anos. A vida estável que se tornou instável e que, com o tempo, fez-se na própria instabilidade uma situação duradoura – e, por isso, de certa forma também estável. A iminência

⁷ Fala de um morador da cidade de Barão de Cocais. Fonte: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/entenda-os-problemas-na-barragem-que-ameaca-barao-de-cocais-mg-26052019>. Acessado em 10/11/2021.

⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/06/21/vivendo-sob-tensao-por-cao-de-barragem-barao-de-cocais-ve-numero-de-atendimentos-medicos-e-psicologicos-aumentar.ghtml>. Acessado em 10/11/2021.

⁹ Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/surfistas-lamentam-proibicao-de-surf-em-regencia-depois-da-lama>. Acessado em 10/11/2021.

de uma catástrofe que, se porventura se acomodou com o passar do tempo, foi novamente lembrada a partir da previsão de uma chuva forte, em outubro de 2020, que colocou em evidência novamente a possibilidade de rompimento¹⁰.

Barragens que se rompem, relações que são rompidas

Sem dúvida, os rompimentos de barragens consumados se distinguem daqueles que estão em iminência. A dor, o desespero e as perdas não podem ser comparados, como também a destruição causada não é a mesma. Até porque, os próprios rompimentos de Mariana e Brumadinho guardam diferenças entre si, assim como guardam com os outros eventos já mencionados. No entanto, o que permite construir aproximações parece ser a maneira pela qual relações são rompidas e interrompidas. Relações ecológicas em suas diversas combinações, intraespecíficas ou interespecíficas – e relações em que participam também elementos não vivos da paisagem, como a água, as pedras e os próprios minerais.

De um instante para outro, redes de relações são forçadamente descontinuadas e interações bruscamente cessadas. O que se rompe com o rompimento de uma barragem? Quais vínculos são desfeitos quando a força da lama que carrega rejeitos irrompe sobre uma paisagem e seus habitantes, destruindo aquilo que ali havia? Quais formas de vida passam a ser impossibilitadas não apenas pela morte, mas também por afastamentos e deslocamentos não desejados? Como a violência de uma evacuação imediata é sentida? Pensando do ponto de vista humano, como são afetadas as relações com a terra, com o plantio, com o pastoreio e com o tempo? De que forma a percepção sobre a temporalidade é alterada? E de que forma ela continua se alterando à medida que o tempo passa?

Por outro lado, também novas relações são construídas com o tempo, produzindo novos arranjos de convivência que permitem viver. Adaptações para que a vida encontre novas composições e alianças, necessárias à sobrevivência. Que combinações são essas? Como elas se dão? Quais relações emergem das novas condições colocadas?

Todavia, é inegável que, em alguma medida, a busca por esses arranjos é imposta, compulsória. Conforme nos conta outro morador evacuado, opondo sua condição de vida antes e depois da remoção:

“Lá eu tenho uma vida muito boa, igual a todos os evacuados, onde nós temos o rio, né, o nosso rio, onde você pode tomar o banho. O rio passa a 89 metros da minha

¹⁰ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/10/24/anm-alerta-mineradoras-por-cao-de-previsao-de-fortes-chuvas-em-minas-gerais.ghtml>. Acessado em 10/11/2021.

casa, certo?... horta, tenho os meus peixes. No meu terraço era onde eu ficava olhando a Lua, olhando até o trem passar pra Vitória a noite, tomando a minha cerveja, com a minha felicidade. Era lá que eu recebia a minha namorada, tomava a minha cerveja, meu churrasco, meus amigos. Imagina o que é você, assim como o peixe, né, se tira você da água, como um passarinho que está dentro da natureza e colocam você dentro de uma gaiola. Então essas coisas assim, a gente só dá valor mesmo a hora que perde. Certo? Eu não sabia o valor que ali tinha pra mim. Depois que eu perdi que eu sabia o valor que tinha. (...) Então, eu vivo aqui dentro sem liberdade, como um passarinho que está dentro de uma gaiola, certo?”¹¹.

Ou seja, por mais que a vida tenha a capacidade de ser inventada e reinventada, composta e recomposta, é preciso levar em consideração que essas recomposições são maneiras de resistir, nem sempre vistas com bons olhos por seus próprios sujeitos.

Como contar histórias?

Na busca por encontrar caminhos que permitissem investigar as tantas questões suscitadas pela iminência de rompimento da barragem Sul Superior em Barão de Cocais, os relatos de moradores registrados por veículos midiáticos, como os utilizados acima, ganharam centralidade nos primeiros passos desta investigação. Por um período, eles foram suficientes para oferecer uma aproximação inicial com o caso e indicar possíveis problemas de pesquisa, sem os quais não teria sido possível chegar até aqui. Porém, com o passar do tempo, eles começaram a se mostrar insuficientes.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que, como pesquisadora de Antropologia, desde o início admiti que entrevistas jornalísticas não compartilham a mesma natureza dos estudos etnográficos. Ambos possuem modos de serem realizados bastante distintos, atendendo a diferentes interesses e metodologias. Sendo assim, os materiais jornalísticos serviram mais para a criação de hipóteses, a serem examinadas posteriormente com mais cautela e profundidade, do que para ajudar a identificar respostas às perguntas levantadas.

Contudo, com a pandemia de coronavírus que se iniciou no início de 2020, o trabalho de campo presencial foi sendo constantemente adiado. E, assim, os relatos jornalísticos produzidos pela mídia continuaram ocupando papel central como fonte de informações. Mas foi o encontro com texto “Vênus em dois atos”, de Saidyia Hartman (2020), que me fez contestar de maneira mais incômoda o uso desses materiais.

¹¹ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=j4UgCFYuPNY>. Acessado em 10/11/2021).

Hartman acredita e defende a importância de reconstruir e contar histórias. Para a escritora, contar uma história é uma forma de "nomear nosso tempo, pensar nosso presente e visualizar o passado que o criou" (ibid.: 31). Entretanto, a autora nos alerta, também, sobre o risco que corremos quando narramos histórias de violência sofridas por outras pessoas. Ela pergunta a si mesma: é possível recontar essas histórias "sem cometer mais violência em meu próprio ato de narração"? (ibid.: 15). Como escutar o não dito, traduzir palavras mal interpretadas, expressar aquilo que não é visível nos números, unir fragmentos de discurso que permitam narrar sem valorizar apenas as violências vividas? Afinal, qual a finalidade de contar essas histórias? Como respeitar o que não podemos saber ao invés de apenas escrever a crônica de uma morte prevista? As histórias tornam possíveis visualizar outros jeitos de viver em mundo rescalado pela catástrofe e pela devastação? Como relacionar-se com os fantasmas que assombram o presente? Ou ainda:

“como recuperar vidas emaranhadas com e impossíveis de diferenciar dos terríveis enunciados que as condenaram à morte, dos livros de contabilidade que as identificaram como unidades de valor, das faturas que as afirmaram como propriedades e das crônicas banais que as despojaram de características humanas?” (ibid.: 15-16).

Hartman me fez perceber que a simples exposição do escândalo não é suficiente para gerar um novo conjunto de descrições, capazes de nos fazer imaginar outros mundos possíveis não contidos apenas na violência e nas experiências de terror. Daí, então, que a pergunta aqui passa a ser como conciliar, como equilibrar, como colocar lado a lado relatos, materiais e histórias que não apenas espetacularizem a violência (como muitas vezes parece acontecer nos produtos da mídia jornalística), mas que também não recorram sobre o erro de romantizar a resistência daqueles que sobrevivem a ela.

Todas estas questões são problemáticas que não se encerram nos limites deste trabalho. Divido, apenas, como uma maneira de estarmos atentos às nossas próprias práticas científicas, sempre resguardando espaço para pensá-las e repensá-las. E isto passa por levar a sério o desafio de descrever e nomear, com *responsa-habilidade*, os processos em que a Antropologia está imbricada e engajada (Haraway 2011).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo refletir acerca do modo pelo qual a população de Barão de Cocais vem sendo afetada pela possibilidade do rompimento da barragem de Gongo Soco,

anunciada no início de 2019, bem como delinear alguns contornos que nos ajudam a compreender o contexto de crise socioambiental em que este episódio está inserido. Ainda que a ruptura não tenha se efetivado, a população do município já tem sentido impactos de diferentes dimensões causados por esta situação. Na imposição de um cotidiano instável e incerto, muitas vidas, humanas e não humanas, vivem sob a ameaça da “lama invisível”.

O que a recorrência de rompimentos de barragens de rejeitos de mineração no Brasil e, mais especificamente, em Minas Gerais nos mostra, tal qual os números que apontam a instabilidade de outras dezenas de barragens e a fragilidade dos órgãos e das empresas responsáveis pela fiscalização e manutenção dos empreendimentos; é que não se pode entendê-los como meros acidentes ou como excepcionalidades. Pelo contrário, o fato de existir esse tipo de ameaça em tantas localidades evidencia que há algo estrutural por trás de suas manifestações locais e específicas.

Por fim, as diversas perguntas e questionamentos aqui levantados servem como inspirações para investigações futuras, que devem buscar sempre levar em consideração a complexidade envolvida nas relações que são interrompidas pelos rompimentos ou por suas possibilidades, em todas as semelhanças e diferenças que esses dois tipos de situação guardam. Para tanto, não basta expor (e reforçar) as violências às quais as paisagens e seus habitantes estão expostos, nem tampouco supervalorizar as formas de reorganizar a vida e de resistir desses agentes, a ponto de romantizá-las. O que se produz a partir daí não está de forma alguma previamente definido, mas sim deve se revelar a cada vez. “O que se rompe com o rompimento de uma barragem?” me parece ser a pergunta central que deve continuar sendo perseguida por esta pesquisa.

Referências

ANM - Agência Nacional de Mineração. 2021. *Report Mensal Barragens de Mineração – Agosto de 2021*. Brasília, DF: Governo Federal.

ARÁOZ, Horário Machado. 2020 *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo, Editora Elefante.

GUDYNAS, Eduardo. 2016. “Extractivismos em America del Sur: conceptos y sus efectos derrame”. In: ZHOURI, Andrea; BOLADOS, Paola Bolados & CASTRO, Edna (org). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo, Editora Anablume. pp. 23-43.

HARAWAY, Donna. 2011. “A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de

laboratório e sua gente”. IN: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 17(35): 27-64, janeiro-julho.

HARTMAN, Saidiya. 2020. “Vênus em dois atos”. In: *Eco Pós* – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ.

LOSEKANN, Cristiana. 2017. ““Não foi acidente!”. O lugar das emoções na mobilização do afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil”. IN: ZHOURI, Andrea. *Mineração, violências e resistências – Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Pará, Editora iGuana – ABA.

PIGNARRE, Philippe & STENGERS, Isabelle. 2005. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte.

SANTOS, Rodrigo & MILANEZ, Bruno. 2017. “A construção do desastre e a ‘privatização da regulação mineral: Reflexões a partir do caso do Vale do Rio Doce”. IN: ZHOURI, Andrea. *Mineração, violências e resistências – Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Pará, Editora iGuana – ABA.

SERRA, Cristina. 2018. *Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record.

STENGERS, Isabelle. 2015. *No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*. Editora Cosac Naify, São Paulo.

VALENCIO, Norma. 2017. “A ordem invisível por detrás do caos aparente: arquitetura do poder e desfiliação social no contexto de desastre”. IN: Conferência no 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & DANOWSKI, Déborah. 2014. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Editora Desenterro, Florianópolis e Instituto Socioambiental, São Paulo.

WISNIK, José Miguel. 2018. *Maquinação do mundo*. Companhia das Letras, São Paulo.

ZALASIEWICZ, Jan et al. 2017. “The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations”. IN: *Anthropocene* 19: 55-60.

ZHOURI, Andrea. 2012. “Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia”. IN: ZHOURI, Andrea. *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília, Associação Brasileira de Antropologia.

ZHOURI, Andrea. 2017. “Produção de conhecimento em um ‘campo minado’”. IN: ZHOURI, Andrea. *Mineração, violências e resistências – Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Pará, Editora iGuana – ABA.